

Os Índios Ticuna como agentes de um processo de educação integrada*

*Equipe de coordenação:***

João Pacheco de Oliveira Filho

Jussara Gomes Gruber

Vera Maria Navarro Paoliello

Mariana K. Villas-Bôas

1. *Introdução;*
2. *Projeto de educação na aldeia de Vendaval;*
3. *Objetivos do projeto.*

1. Introdução

O grupo indígena Ticuna habita no estado do Amazonas, em terras dos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antonio do Içá e Fonte Boa. Atualmente a sua população chega a 18.000 índios, distribuídos em 37 grupos locais, em uma faixa de quase 400km ao longo do rio Solimões. Cinco de suas aldeias, situadas à margem do rio Solimões, abrigam mais de mil pessoas cada, contrastando isso com muitas outras localidades de mais difícil acesso, no interior dos igarapés, onde se reúnem pouco mais de 50 pessoas.

Os primeiros contatos dos Ticuna com os brancos datam de quase 300 anos atrás quando, no último quartel do século XVII, uma parte da tribo foi levada para as aldeias da missão jesuíta dirigida pelo padre Fritz. Com o fracasso da missão e posterior atuação dos Diretórios de Índios, os Ticuna convertidos ao cristianismo preferiram abandonar as antigas aldeias (já então transformadas em vilas) e retornar aos seus locais tradicionais, ou fixar-se nas periferias dos núcleos urbanos.

A penetração maciça dos brancos em seu antigo território tribal ocorreu primordialmente nas duas últimas décadas do século passado, motivada pelas altas cotações da borracha no mercado internacional e pelo surto extrativista, que desde 1850 foi responsável pela ocupação sucessiva de diferentes áreas do vale do Ama-

*Projeto encaminhado à Fundação Pró-Memória, destinado ao Programa de Interação entre Educação Básica e os diferentes contextos culturais existentes no país, SEC/MEC.

**A equipe de coordenadores está sediada no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro. Participam do projeto, na qualidade de colaboradores, Ana Lúcia Lobato de Azevedo, Marília Lopes da Costa Facó Soares, Sílvio Cauvscons e Claire Cauvscons.

zonas. Comerciantes e extratores se estabeleceram em suas terras, ali constituindo dezenas de seringais e mobilizando o trabalho indígena, seja diretamente para a coleta de borracha, seja para trabalhos complementares (como caça, pesca, agricultura de mandioca, desmatamento, transporte etc.) ao funcionamento daquela unidade de produção.

Os seringalistas controlavam de forma monopolística o comércio realizado com os índios, mantendo-os permanentemente atrelados através do endividamento, assim justificando as suas demandas de trabalho compulsório e não remunerado. O desconhecimento pelo índio das operações contábeis e o seu precário conhecimento da língua portuguesa eram fatores tão essenciais à dominação do branco quanto a titulação formal da propriedade da terra ou a estigmatização do índio como ser inferior e desprovido de direitos.

A partir de 1942, quando o Serviço de Proteção do Índio (SPI) começou a atuar no alto Solimões, essa situação começou a se modificar. A fazenda da Umariacu, adquirida pelo SPI em 1946, para a qual convergiram dezenas de famílias Ticuna saídas dos seringais, veio a ser a primeira reserva indígena estabelecida na área. Na década seguinte surgiram outras “terras sem patrão” em Campo Alegre e Betânia, resultantes da aquisição de antigas fazendas pela Missão Batista (Baptists for the Evangelization of the World); nestes locais emergiu um campesinato livre (da dominação dos seringalistas) e que exercia coletivamente o controle do meio básico de produção – a terra.

Apesar das exceções acima arroladas, a grande maioria da população Ticuna continuou até a metade da década de 70 na condição de índios dependentes dos seringalistas. Em 1975 a Fundação Nacional do Índio (Funai) criou um posto indígena na localidade de Vendaval, sede do barracão pertencente então ao maior seringalista do município. No período consecutivo, entre 1976 e 1981, a Funai estabeleceu mais cinco postos indígenas nas localidades de Feijoal, Campo Alegre, Nova Itália, Betânia e Belém do Solimões.

Esses sete postos indígenas contribuíram para inculcar nos índios e nos regionais a crença de que os Ticuna efetivamente possuíam determinados direitos sobre suas terras e o fruto do seu trabalho (vide Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, em Funai, 1975) e que mais cedo ou mais tarde a Funai ali viria a constituir um território tribal. Embora até o momento ainda não tenham sido realizadas demarcações pela Funai na área, é preciso compreender que a presença dos Pls teve um peso decisivo para evitar que a frente pioneira, que ora ameaça os grupos indígenas do Javari, se voltasse para a área Ticuna, promovendo uma penetração intensa de

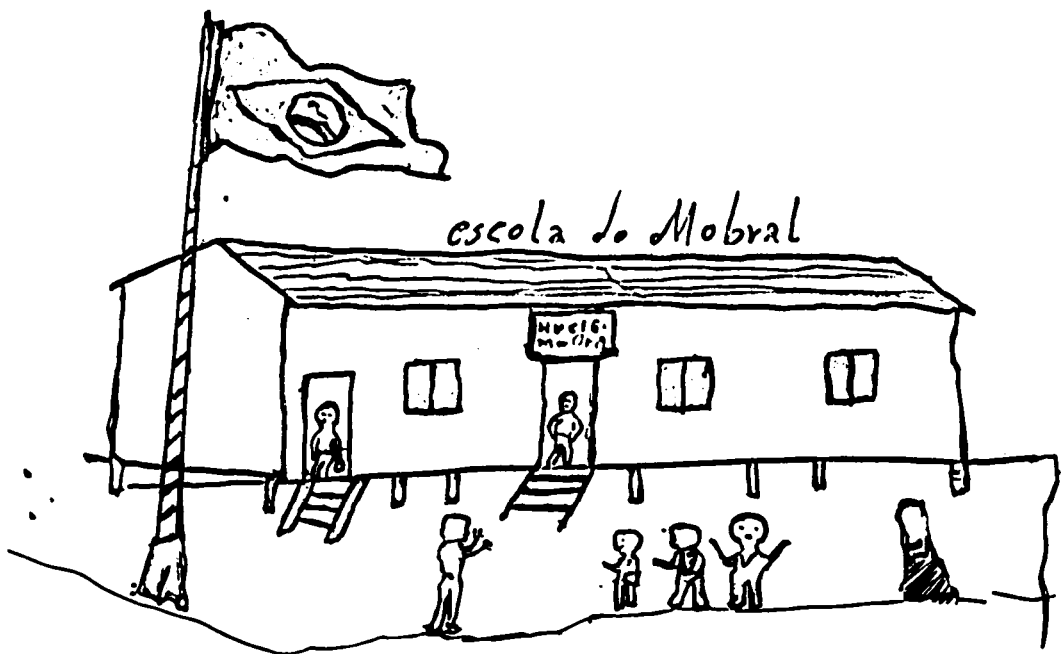
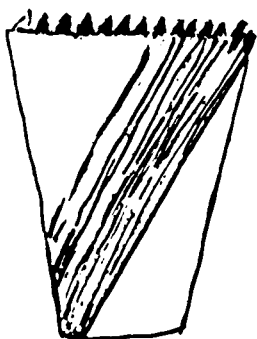
brancos, permitindo a valorização especulativa das terras e a mobilização de créditos bancários para colocá-las em um uso econômico inteiramente alheio aos interesses dos seus ocupantes desde época imemorial.

É importante reter, para avaliar a significação do projeto de educação aqui encaminhado, que o processo de integração e aculturação dos Ticuna deu-se sob a égide dos barracões dos seringalistas, com a imposição dos aviamentos (onde as escolhas e o acompanhamento contábil escapavam ao poder do índio) e sob a ameaça de uso arbitrário da força pelos patrões, apoiados para isto no desconhecimento que os índios tinham das leis existentes na sociedade brasileira. Isso permite compreender um pouco da profunda significação sociológica de que se reveste a educação (inclusive no seu sentido mais formal) no contexto Ticuna, servindo como meio de evitar a inferiorização e a subordinação do índio pelo branco.

A relação entre terra e educação na consciência dos Ticuna é bastante forte, remontando até o primeiro encarregado do PI Umariçu, Manuel Lima, chamado Manelão pelos índios, cuja esposa era professora dos Ticuna. Durante a década de 50, o Exército construiu uma escola exclusivamente para os Ticuna de Umariçu e assumiu a responsabilidade pela sua manutenção, fato que se prolonga até os dias de hoje.

Na criação do PI Vendaval, a construção de uma escola pelos próprios índios foi um dos momentos mais importantes de todo o processo. Alguns tempos antes o antigo patrão, utilizando-se de seu prestígio, obteve, junto ao município de São Paulo de Olivença, a contratação de uma professora para aquela localidade, preenchendo-se tal vaga com uma pessoa a ele aparentada. Para os Ticuna isto acarretaria um inadmissível reforçamento do poder local do seringalista. Assim sendo, recusaram-se a aceitar esta professora, construíram eles próprios uma escola, e lá colocaram para lecionar um monitor Ticuna. Mais tarde, no ano de 1981, a Funai realizou a contratação de uma professora para atuar naquela escola. A significação política da escola em Vendaval pode hoje ser captada por um desenho realizado espontaneamente por um jovem desta localidade, estando explícita a função da escola no sentido de aquisição de uma cidadania por parte do índio, reduzindo as assimetrias sociais entre índios e brancos existentes na região.

Na localidade de Campo Alegre, os pastores batistas fizeram construir escolas, treinaram monitores indígenas e obtiveram remuneração de alguns desses por meio das prefeituras municipais. Tratava-se igualmente de escola exclusivamente destinada aos índios, onde chegou mesmo a ser realizada uma alfabetização na língua Ticuna, utilizando material didático preparado pelo Summer Institute of Linguis-



escola do Mobraal
escola santa firmine

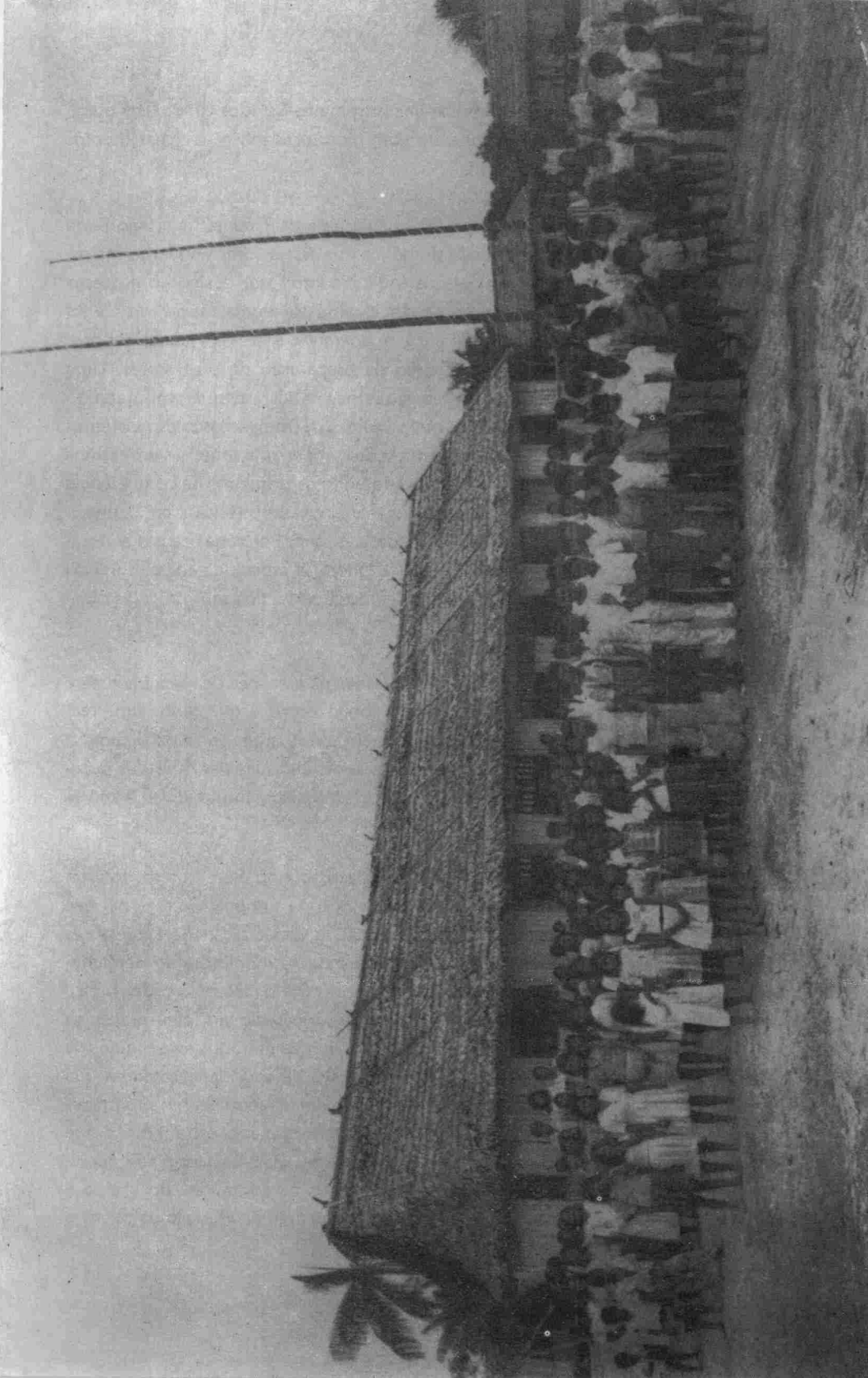
tics, do Peru. Atualmente os pastores se encontram nos Estados Unidos, há quase dois anos, e a escola persiste funcionando com monitores indígenas, mas desprovidos de qualquer remuneração formal.

Uma análise do rendimento da instituição escola para os Ticuna, hoje, não pode deter-se exclusivamente na significação simbólica que essa assume enquanto instrumento de libertação e ascensão social dos índios, como fator básico no processo de aquisição de cidadania. É preciso proceder igualmente a uma *análise interna* do processo de educação formal, tal qual ele vem operando entre os Ticuna, dos programas e das rotinas de ensino, bem como da preparação de professores. Uma consideração mais atenta permite perceber que na prática a escola tem atendido muito pouco às expectativas profundas dos índios. De fato, as escolas existentes na área não se constituem em um meio eficaz de romper as assimetrias em termos de informação básica entre índios e brancos, dotando os primeiros de competência no uso e na escrita da língua portuguesa, no manejo da aritmética e em conhecimentos gerais sobre a organização da sociedade brasileira. Por várias causas apontadas a seguir – e entre elas a mais destacada é ignorar a especificidade cultural do índio – o ensino tradicional, mesmo considerado a partir dos seus próprios objetivos, tem fracassado completamente.

Ao abordar as atividades educacionais implantadas na área, verifica-se a inexistência de qualquer planejamento estabelecido a longo prazo e que tenha uma real utilidade para o grupo. As instituições que atuam ou atuaram entre os Ticuna se propõem a experiências descontínuas e esparsas, distanciadas das questões peculiares da região e da particularidade da cultura indígena, limitando-se a reproduzir os métodos e programas do ensino formal.

A exemplo disso, temos o projeto de educação desenvolvido pelo Projeto Rondon e Campus Avançado da PUC/RS. Este projeto se destina à população regional e se efetua através de cursos periódicos de Formação e Capacitação de Professores Leigos Rurais, abrangendo as comunidades indígenas do município de Benjamin Constant. Para a participação no curso, os monitores índios são deslocados para a sede do município e aí reunidos aos demais professores regionais (civilizados), os quais representam 80% da turma. Estes cursos se valem de métodos e currículos de ensino comuns àqueles destinados aos componentes da sociedade nacional que vivem na zona rural. Os monitores índios se empenham em acompanhar programas compostos de regras, noções e conceitos que lhes são totalmente estranhos e em se preparar para responder a uma prova final de avaliação. Os professores não desenvolvem quaisquer técnicas peculiares para transmitir os conteúdos do ensino a esses monitores indígenas, além de adotarem como padrão de aferição da turma o

Foto Jussara Gruber. Escola da aldeia de Belém do Solimões, 1979.



rendimento médio dos monitores brancos. O resultado disso não é somente criar dificuldades adicionais para assimilação dos conhecimentos pelo monitor índio, mas criar um contexto de inibição e rejeição da própria identidade étnica por parte dos monitores, que procuram esconder aos professores e aos colegas a sua condição de índios.

Pressionada pelos índios, a Funai chegou a construir várias escolas na área, remunerando alguns monitores índios, através de convênios com as prefeituras municipais. Durante algum tempo a Funai manteve, igualmente, um convênio com o campus avançado que preparou a maioria desses monitores. A atuação da Funai no plano da educação teve, porém, um efeito contraproducente, difundindo o modelo mais tradicional da escola, completamente desvinculada da realidade cultural do grupo e em nada contribuindo para oferecer respostas aos problemas que os índios enfrentam em sua existência cotidiana. Ao contrário, a educação tem servido como um fator de aculturação acelerada dos Ticuna, até mesmo favorecendo a rotinização do processo de rejeição da identidade étnica.

A falta de orientação e acompanhamento dos professores, a ausência de programas e material didático especificamente voltados para o índio, são fatores que podem ser apontados como responsáveis pela ineficácia da atuação da Funai no plano da educação. Atualmente esse esquema de ação se encontra inclusive em grave crise de funcionamento, muitos monitores abandonando suas funções, três escolas estando desativadas e três outras prestes a fechar por falta de motivação e pagamento regular dos monitores.

Em 1978 a Funai iniciou uma experiência nova, com a preparação de uma cartilha para alfabetização em língua Ticuna, cujo método é uma adaptação do modelo empregado pelo Summer Institute of Linguistics, do Peru. Da série de cartilhas planejadas saiu somente o 1º volume (*Cartilha Tutu*) com um guia em anexo para o uso do monitor. Não houve nenhum tipo de acompanhamento efetivo para aplicação deste material, tampouco uma orientação que viesse a esclarecer o monitor e a população Ticuna sobre a prática e finalidades do ensino bilíngüe. Sem os subsídios que garantiriam a compreensão e a participação consciente neste trabalho, os resultados foram os mais precários possíveis. Como agravante, tem-se o fato da interrupção no fornecimento de cartilhas e da preparação de novos volumes. A Cartilha Tutu oferece apenas 24 palavras da língua Ticuna, possuindo ilustrações precárias e algumas palavras não adaptadas ao vocabulário falado pelos Ticuna do Brasil (por exemplo, a palavra *ucapu* usada pelos Ticuna do lado peruano para designar casa; no território brasileiro, os índios empregam a palavra *empata*).

A atuação da Prelazia do alto Solimões abrange a construção de escolas nas aldeias de Belém do Solimões, Feijoal e Nova Itália, ficando a remuneração dos professores e monitores índios a cargo de convênios com a Seduc. Os métodos e programas aplicados são os mesmos utilizados nas demais escolas rurais da área. O caso da escola de Belém do Solimões, por exemplo (onde freqüentam alunos "civilizados" das famílias que ali habitam), mostra a situação alienante do ensino proposto. Sendo a população indígena numericamente superior aos brancos, o processo educacional ali existente volta-se paradoxalmente para os valores da sociedade dita civilizada.

A respeito da alfabetização especificamente para adultos, sabe-se da atuação do Mobral (cujos postos já foram desativados na área indígena) e do Movimento de Educação de Base (MEB). Em 1981, o MEB sediado ao município de São Paulo de Olivença e apoiado pela Prelazia do Alto Solimões elaborou um plano de ação abrangendo três comunidades Ticuna: Vendaval, São Domingos e Campo Alegre. Para a formação de monitores houve um treinamento de três dias (!) visando a preparação de elementos, que deveriam estabelecer-se nas localidades de origem e ministrar um curso de alfabetização, com duração de cinco meses. A cartilha adotada é a *Abelhinha*, e os monitores recebem uma remuneração absolutamente insatisfatória de Cr\$ 800,00.

Frente à situação exposta anteriormente, o propósito aqui assumido é desenvolver uma prática educativa que se contraponha aos sistemas e programas propostos, até então possuidores de um forte efeito desintegrador e aculturativo. Essas tentativas etnocêntricas visam, antes de tudo, o preenchimento de uma função mais burocrática do que propriamente educacional, e a ser uma pálida e estereotipada reprodução da escola tradicional.

A particularidade dessa proposta decorre da consideração de dois fatores ignorados nos planos de atuação acima mencionados. Em primeiro lugar é necessário que se tenha uma nova visão da escola, não como setor limitado da vida, dirigido de fora e externo às preocupações da comunidade, um verdadeiro quisto social e cultural, mas como algo integrado aos problemas vivenciados pelo próprio grupo; espaço para difusão, circulação e formação de conhecimentos que respondam às necessidades e tensões das comunidades. Em segundo lugar, é indispensável estabelecer, com a participação efetiva da comunidade, uma programação especificamente voltada para o índio, que respeite as singularidades de sua cultura e que colabore para a preservação da sua etnia, única base possível para que a integração do índio na sociedade brasileira não se faça de maneira traumática e geradora de desequilíbrios psicossociais.

2. Projeto de educação na aldeia de Vendaval

O projeto de educação para a aldeia de Vendaval surgiu como uma necessidade de atingir uma faixa da população adulta (até então não incorporada aos cursos existentes) composta por pessoas que sabem falar a língua portuguesa e que já possuem algumas noções de escrita. O objetivo do projeto foi fazer com que esta parte da população tivesse acesso a um curso de alfabetização em português, o qual deveria conter discussões que abrangessem também uma parte de geografia, história e matemática. Toda a temática do curso foi pensada em função da própria realidade do grupo.¹ Através da alfabetização em português e das noções de matemática, a intenção foi de que os índios pudessem manipular melhor os códigos da sociedade com a qual eles estão em contato e dessa forma conseguissem maximizar as suas oportunidades econômicas e sociais.

Este projeto decorreu de um anterior, encaminhado à Oxfam em julho de 1981, abrangendo também várias outras áreas habitadas por esses índios. Teria como finalidade original a preparação de um livro intitulado *Os Ticuna, hoje*, destinado à população Ticuna e regional. O projeto de educação surgiu da necessidade de se criar uma mediação que efetivasse os objetivos deste livro, na medida em que a maioria da população Ticuna desta localidade não sendo alfabetizada não teria acesso a ele. A alteração do plano inicial decorreu de um primeiro contato com a população de Vendaval, ocorrendo a procura de outras formas de se atingir os objetivos do projeto anterior face a importância política de tal comunidade. Assim, este curso cumpre a finalidade de — aliado a uma experiência de alfabetização fundamentalmente comprometida com a realidade do grupo — tentar fornecer elementos que contribuam para a aquisição de sua cidadania. O método de alfabetização empregado neste curso prevê o uso de palavras chaves. Estas palavras, reunidas a partir de uma pesquisa junto à população de Vendaval e que representam o universo temático de seus habitantes, procuram seguir uma ordem crescente de dificuldades fonéticas. Assim, levando em conta este critério, foi necessário considerar também os fonemas que aparecem na língua Ticuna, já que o método utilizado destinou-se a uma comunidade que no seu cotidiano usa com mais frequência seu próprio idioma e que apresenta problemas com a manipulação da língua portuguesa. É importante salientar que a eficácia do método está sujeita a uma seqüência de atividades e à utilização de recursos diversificados, entre os quais destaca-se o material que compõe a parte visual do curso: fichas, cartazes,

¹ Assim, a parte de história contém a história do próprio grupo e a sua relação com a história mais global de todos os outros grupos da sociedade com os quais ele tem contato. Da mesma forma, a parte de geografia se preocupou com o estudo da região onde estão situadas as aldeias Ticuna e de como o meio-ambiente afeta a vida de cada uma delas.

slides e mapas. Para cada participante foi elaborada uma cartilha, em forma de fichas destacáveis, ilustrada por dois índios de Vendaal: Estransildo e Pedro Inácio. Das 23 escolhidas constam a seguir quatro exemplos:

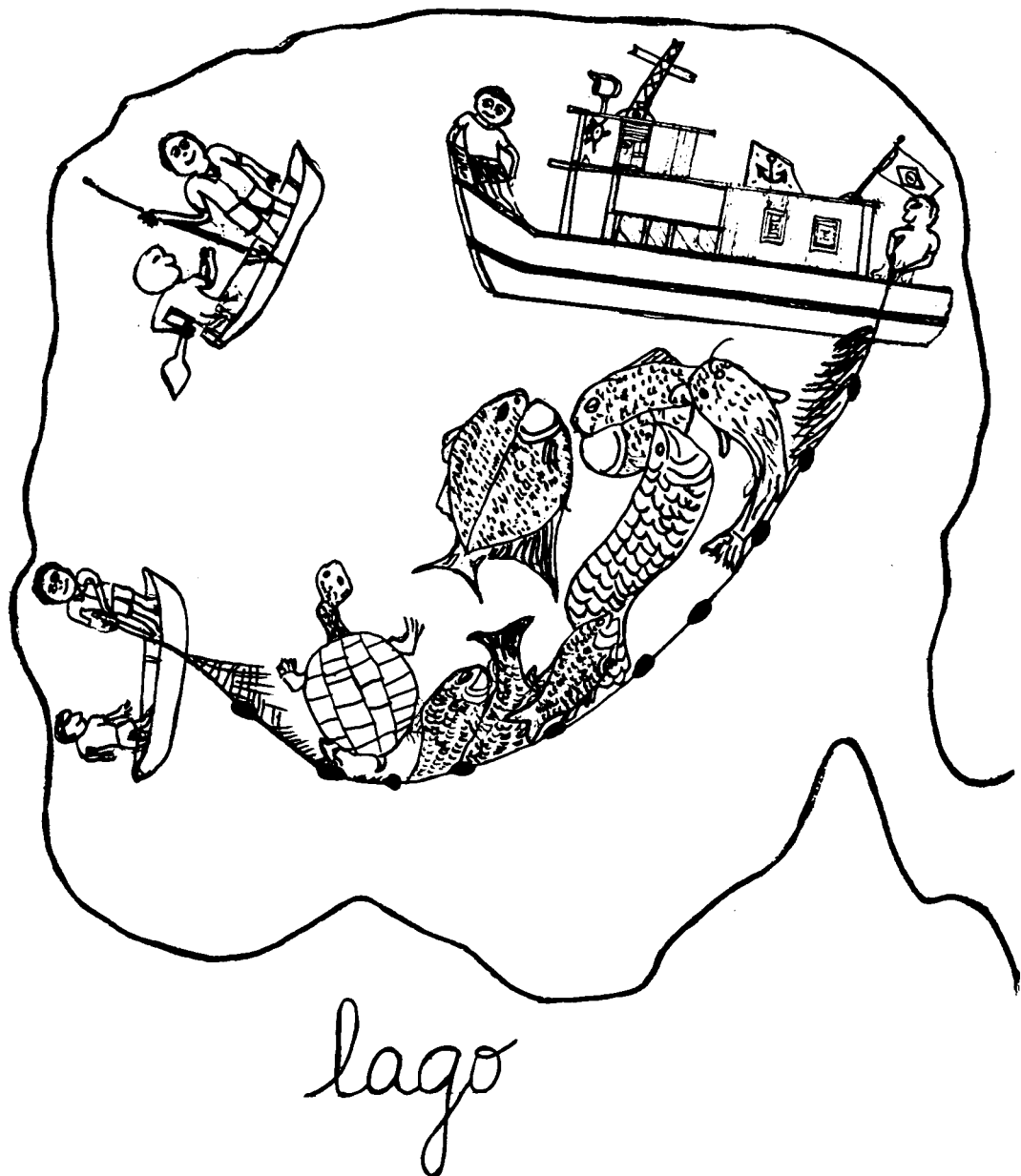


MAGÜTA-Asü-täéPATAXÜ



cantina

Assim, antes da apresentação das fichas, foram propostas discussões motivadas por slides, cartazes e mapas expressando o significado temático das palavras introduzidas. Estas palavras que compõem as fichas procuram ligar o aprendizado da escrita com a absorção, pelo grupo, de uma consciência dos problemas mais concretos





trabalho

que surgem em função do contrato com a sociedade nacional. Considerando esta prática, é fundamental a participação efetiva dos alunos em todos os momentos do curso; o educador, por sua vez, deve estar atento para apreender sempre mais a realidade que está sendo pensada.

Uma preocupação importante do projeto, a ser salientada, é a incorporação do atual monitor de Vendaval (por meio de sua participação ativa na montagem e

aplicação do curso, isto funcionando como uma espécie de “reciclagem”), incluindo sua formação e a de mais um monitor – saldo da turma de alunos que seguem atualmente o curso. A participação e preparação de monitores será essencial para a continuidade do projeto.

O curso teve início no dia 30 de novembro de 1981, contando com 24 alunos, dos quais cinco nunca haviam estudado. Para que houvesse um aproveitamento regular da turma, foi necessário efetuar uma etapa preliminar de desenvolvimento da escrita. Esta parte não havia sido planejada, pois o curso previa inicialmente apenas a participação de elementos já iniciados na alfabetização. A idéia original foi então repensada em função da importância dada por estes índios ao aprendizado da escrita e da leitura, revelando-se assim a necessidade de uma constante redefinição das práticas educacionais, de modo a ajustá-las às expectativas dos índios e às necessidades do seu contexto cultural.

3. Objetivos do Projeto

A intenção básica do projeto é criar uma alternativa ao processo de educação ora existente na área, processo esse que tem se mostrado ineficaz, servindo como uma forma de promover no grupo a negação de sua própria identidade étnica.

Consideramos que o importante é fazer com que a educação sirva como um meio de acabar com o desnivelamento entre os Ticuna e os brancos, em termos de conhecimentos básicos, necessários para evitar a manipulação e exploração do índio pelo não-índio. Para isso, é necessário que a escola seja pensada em função da realidade do grupo, de sua especificidade frente a outros grupos indígenas e fundamentalmente, é claro, frente aos não-índios.

Com base na constatação das conseqüências negativas dessas experiências educacionais no território Ticuna e da real necessidade de uma educação que, por um lado, lhes forneça a possibilidade de controlar os códigos da sociedade nacional, através do uso da língua portuguesa (falada e escrita), noções de matemática e de conhecimentos sobre como vive e se organiza a sociedade brasileira; e por outro lado, uma educação que se preocupe com as particularidades étnicas do grupo, a nossa proposta é, através de uma outra visão da escola, criar um espaço que seja para os índios, não o local onde vão para constatar a superioridade do branco, mas onde possa haver, através de uma programação voltada para o grupo Ticuna, um processo de discussão que satisfaça as necessidades da comunidade.

O projeto está sendo pensado para se efetivar em duas aldeias Ticuna, funcionando como uma primeira experiência que venha a repercutir e estender-se a outras áreas.

As duas aldeias, onde o projeto a princípio se aplicaria, seriam Campo Alegre e Porto Cordeirinho. Cada uma delas formaria um núcleo de ação e atenderia as aldeias que estão próximas, perfazendo um total de 11 comunidades a serem atingidas. Estes dois núcleos viriam como uma expansão ao projeto de Vendaval, localidade privilegiada para sua execução, por já contar com uma mobilização dos índios quanto à questão de demarcação das terras, e por dispor, no momento, de pessoas com possibilidade de efetivar o projeto.

A escolha de Campo Alegre, como um dos núcleos, se deu em função de sua proximidade a Vendaval, bem como por já contar com seis monitores Ticuna, muito bem aceitos pela comunidade. As aldeias de Vendaval e Campo Alegre estão situadas junto aos igarapés pertencentes ao território tradicional dos Ticuna, próximo ao local concebido pelo grupo como a terra dos seus heróis míticos, o “E-vare”.

Esse núcleo situado à margem esquerda do rio Solimões, que teria como sede Campo Alegre, com uma população de aproximadamente 1.300 pessoas, abrangeria ainda as aldeias de São Domingos I (com aproximadamente 50 habitantes), São Domingos II (aproximadamente 70 habitantes), Santa Inês (aproximadamente 40 habitantes) e Vendaval (1.090 habitantes²).

O segundo núcleo estaria sediado em Porto Cordeirinho, pela sua proximidade a Benjamin Constant, Tabatinga e Letícia, pequenos centros urbanos da região, que possuem uma ação desintegradora e exploratória sobre os índios, constantemente aliciados para trabalhos nas cidades. Por essa situação, suas terras estão sob contínua ameaça das invasões de brancos, o que vem a significar também a predisposição dessa população em se mobilizar frente a problemas que se lhes aparecem tão concretamente.

Porto Cordeirinho possui aproximadamente 350 habitantes e esse núcleo, situado à margem direita do rio Solimões, contaria também com as localidades de Santo Antônio (com aproximadamente 70 habitantes), Bom Caminho (aproximadamente 65 habitantes), São João de Veneza (aproximadamente 40 habitantes), Lauro Sodré (aproximadamente 30 habitantes) e Bom Intento (com um número aproximado de 100 pessoas).

A nossa proposta, que deverá ser avaliada junto às comunidades, seria formar em cada um desses núcleos uma turma, com a finalidade específica de incorporar os monitores já existentes em toda a área Ticuna. Esses monitores participariam de

² Dados relativos ao censo realizado em 1981.

um curso com a duração aproximada de quatro meses, realizado na sede de cada núcleo, mas com o objetivo de posteriormente dar continuidade ao trabalho em suas aldeias. Essa turma de monitores contaria igualmente com a participação de outras pessoas de localidade onde o curso estaria sediado para garantir a formação de novos monitores.

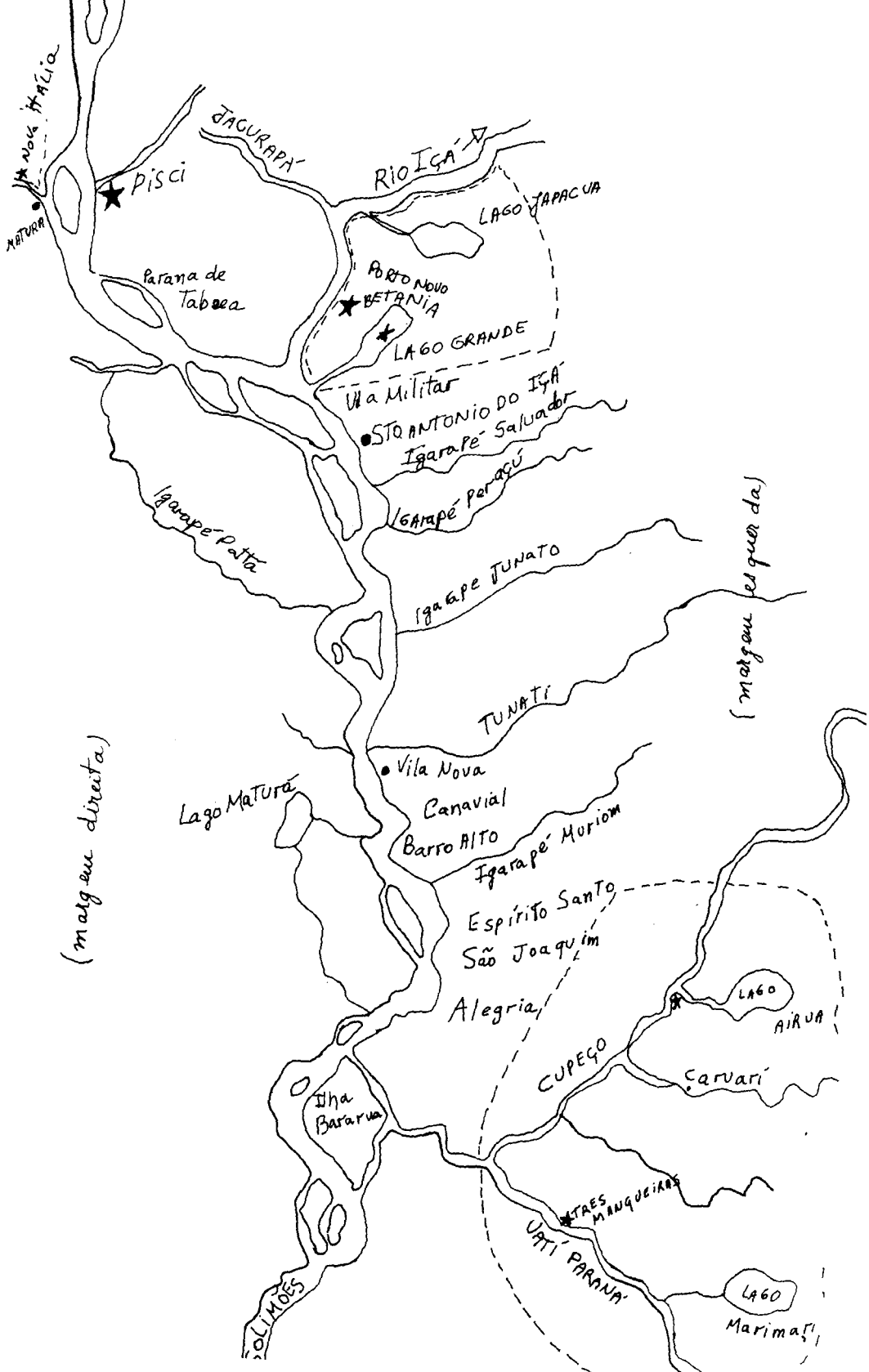
Para a formação dos monitores o método utilizado seria semelhante ao que vem sendo aplicado em Vendaval, resguardando porém as especificidades de cada aldeia. Pensando no atual projeto e levando em conta a experiência de Vendaval, existem pontos que deverão ser modificados. Um problema que vem surgindo no curso de Vendaval é a pequena participação dos índios durante as discussões.

Quanto a essa questão, uma forma para a sua solução seria, talvez, garantir mais espaço dentro do curso para discussões sobre problemas da comunidade, com a participação de elementos politicamente importantes da aldeia.

Considerando as finalidades do projeto e a necessidade de atuar de maneira diferenciada tanto face aos Ticuna, quanto aos brancos e às agências de contato, previu-se também a elaboração de publicações e de outros materiais impressos. Parte deste material estará estreitamente relacionado com as atividades do curso, ou seja, a multiplicação de fichas e de cartazes que servirão para estender o trabalho a outras aldeias. Este material didático só ganharia uma forma mais permanente após ter a sua aplicação testada durante as atividades do curso.

Uma outra parte seria apresentada em forma de pequenos livros, os quais poderiam a longo prazo constituir uma série, voltados para a *mitologia* e para a *situação dos Ticuna hoje*. Através destes dois assuntos pretende-se englobar a história, a cultura e o presente do referido grupo. Tais temas seriam propostos e preparados no decorrer dos cursos, como atividade paralela, envolvendo os alunos que se mostrassem interessados na sua realização, os quais despertariam outros elementos da comunidade, não só no fornecimento de informações, mas numa participação mais efetiva nos trabalhos de elaboração, nas discussões etc.

Os pesquisadores índios teriam um período de preparação por parte da equipe do projeto, onde seriam orientados nas formas de conduzir a pesquisa, no modo de efetuar os registros (manuseio dos diferentes recursos: máquina fotográfica, gravador, mapas, desenhos, projetores-lanterna etc.) e em como adequar estes instrumentos de trabalho às peculiaridades dos temas propostos. Os pesquisadores — devidamente preparados para exercer tais funções específicas e cientes dos objetivos do projeto e do compromisso com a comunidade — atuariam nas suas aldeias e se



deslocariam às áreas próximas, em busca das pessoas que detêm as informações (como é o caso da mitologia) e de outros referenciais que venham expressar o saber e a memória do grupo.

Os resultados obtidos nesta fase de preparação e levantamento deverão retornar às aldeias e ser apresentados ao resto da comunidade. Já neste momento cumpriam a função de despertar e motivar um maior número de pessoas para os temas, bem como debater e ampliar as informações já recolhidas.

O texto dos livros deverá ser elaborado em linguagem bastante acessível, ilustrado com fotos, desenhos e mapas. A proposição básica da publicação destes dois livros seria de devolver ao domínio do grupo um saber que lhe é próprio, visando diferentes segmentos da população como: as lideranças, as faixas escolarizadas e em vias de escolarização, os monitores e demais pessoas que exercem funções específicas ou não nas comunidades. Poderia também alcançar outro tipo de leitor, ou seja, os representantes de órgãos oficiais que atuam na área, as entidades privadas e os brancos em geral que têm ou não contato com estes índios, para que possam, por meio desses livros, vir a ser esclarecidos sobre o grupo Ticuna, seus direitos e as finalidades que almejam.

Foi prevista também outra ordem de material de divulgação e informação, que seria mimeografada em campo e teria retorno imediato à população Ticuna. Uma parte desta proposta se iniciou com o jornal *Magüta*, o qual teve seu primeiro número rodado em novembro de 1981. A produção deste exemplar (texto, desenhos e impressão) foi realizada por um grupo de índios das comunidades vizinhas: Vendaval e Campo Alegre. O jornal teve como objetivo noticiar a reunião de lideranças de 32 aldeias, tornando possível um maior número de Ticuna se inteirar desse encontro, promovendo assim a divulgação de questões comuns, decorrentes de integração do grupo na sociedade brasileira.

Utilizando o mesmo tipo de recurso gráfico, poderiam ainda ser reproduzidos outros materiais de interesse da população Ticuna como: estatuto do índio, registro dos antigos viajantes que percorreram a área, trechos atuais de pesquisas etnográficas e antropológicas sobre o grupo, informações a respeito de outras tribos indígenas e de entidades de apoio ao índio etc.

Bibliografia

Beltrán, Gonzalo A. *Teoría y practica de la educación indígena*. Mexico, Sepsentenas, Secretaría de Educación Publica, 1973.

MAGÜTA No 1

Magüta é o nome do povo pescado pelo yoi no E.vare.

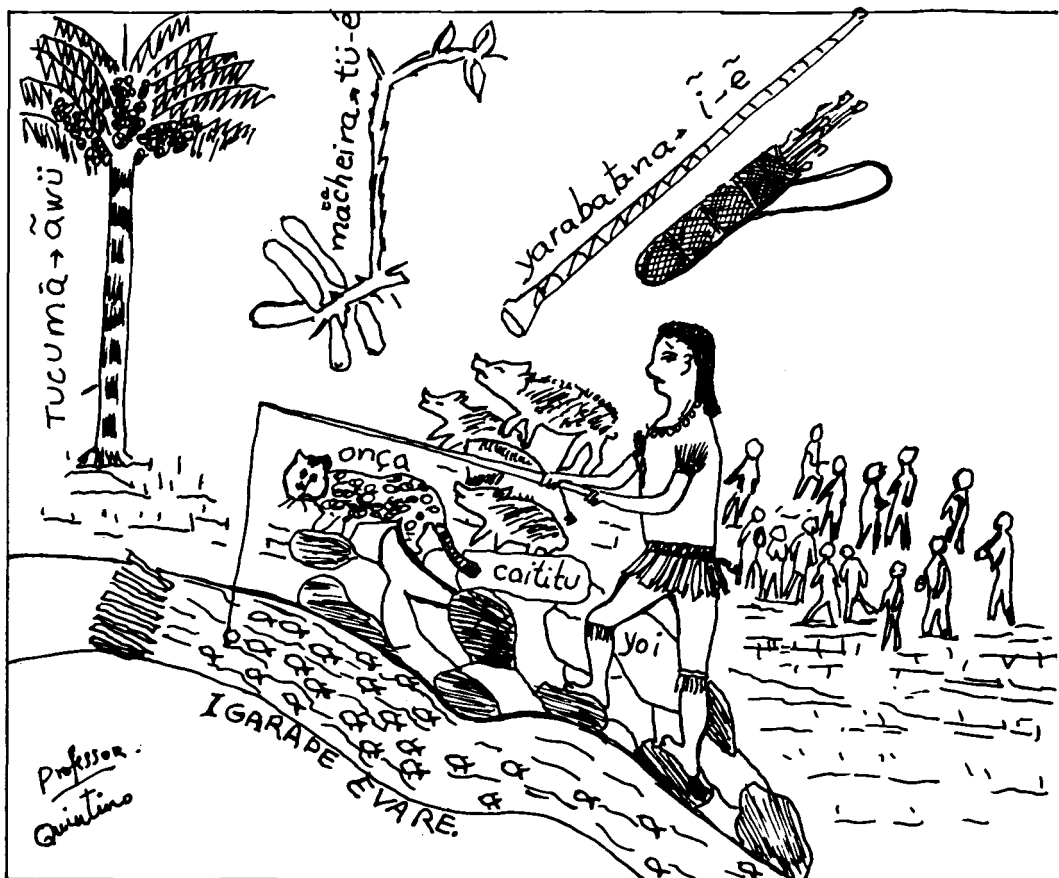
Magüta é o povo Ticuna,

Yoi disse que este povo irá cultivar a terra e ser dono dela até o fim do mundo.

Mesmo que termine o século este pessoal vai formar outra gente.

Magüta tem que viver para Sempre.

Se o povo Magüta morrer acaba o mundo.



Elabuenaga, T. I. Ruiz et alii. *Paulo Freire. Conscientización y Andragogía*. Buenos Aires, Paidós, 1975.

Freire, Paulo. *Conscientização*. 3. ed. São Paulo, Moraes, 1980.

Freire, Paulo et alii. *Vivendo e aprendendo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

Furter, Pierre. *Educação e vida*. 9. ed. Petrópolis, Vozes, 1979.

Meliá, Bartolomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo, Loyola, 1979.

Nimuendajú, Curt Unkel. Os índios Tukuna. Dados fornecidos à Inspetoria do SPI no Amazonas e Acre. Arquivo da Inspetoria, Manaus, 1929. manusc.

_____. *The Tukuna*. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1952.

Oliveira, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos; a situação dos Tukuna do alto Solimões*. São Paulo, 1984.

_____. Posibilidad de una antropología de acción entre los Tukuna. *América Indígena*, Mexico, 37(1):145-70, 1977.

Oliveira Filho, João Pacheco. A difícil etnografia de uma tribo em mudança. *Anuário Antropológico* 79. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981.

_____. *As facções e a ordem política em uma reserva Tukuna*. Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 1977. Dissertação de mestrado em antropologia social.

_____. O Projeto Tukuna: uma experiência de ação indigenista. *Boletim do Museu Nacional*, (n.s.) 34, 1979.

_____. Projeto de livro: Os Tikuna, hoje, encaminhado à Oxfam. s.n.t. [1981] mimeogr.

Oro, Ari Pedro. *Tukuna: vida ou morte*. Porto Alegre, 1978.

Valla, Victor. Reconstrução histórica da educação popular no Brasil. *Proposta*, Rio de Janeiro, 2(9/10):7-17, dez. 1978.